



Figurações de Portugal no Brasil: manifestações de lusofobia e lusofilia no embate entre republicanos “jacobinos” e monarquistas no contexto da “questão portuguesa” (1894-1899).

Izabel Andrade Marson*

Esta reflexão aborda eventos relacionados à “Questão Portuguesa” e sua repercussão no Brasil, em especial o confronto entre republicanos e monarquistas durante os governos do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) e Prudente de Moraes (1895-99). Focada de maneira restrita, a “Questão Portuguesa” remete-se ao rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (entre maio de 1894 e maio de 1895), uma retaliação de Floriano à iniciativa do comandante luso Augusto de Castilho de conceder asilo político em suas embarcações ao almirante monarquista Saldanha da Gama e oficiais derrotados na Revolta da Armada, rebelião que contestava a permanência do Marechal no poder.

Contudo, do ponto de vista político e historiográfico este episódio diplomático constituiu problema bem mais complexo. Integrou acontecimentos da “Intervenção Estrangeira” na guerra civil que se desenrolava no Brasil, e fundamentou intenso debate nos dois lados do Atlântico entre republicanos e monarquistas no qual foram construídas representações conflitantes da nação e identidade brasileira e portuguesa; sobre o significado de Portugal na história do Brasil (e vice-versa) e sobre os vínculos políticos, culturais, territoriais e genéticos entre portugueses e brasileiros.

Em Portugal, acirrou críticas republicanas, e mesmo de setores monarquistas progressistas, à política do gabinete do partido regenerador presidido por Hintze Ribeiro. Também, o rompimento diplomático ampliou as dificuldades dos imigrantes lusos e seus descendentes no Brasil, dentre outras, prejudicou o envio de recursos para Portugal. (HOMEM:2001; CATROGA:2010, GONÇALVES:2007; ALVES: 2005).

Além da polêmica na imprensa, no Brasil, a questão portuguesa incentivou confrontos urbanos, muitas vezes sangrentos, entre os partidários mais aguerridos de Floriano e imigrantes portugueses. Ou seja, provocou o recrudescimento do tradicional

*Professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Pesquisadora com bolsa produtividade do CNPq.

sentimento de lusofobia latente ou externado abertamente desde o início do século XIX, agora (re)interpretado pelos republicanos radicais que reiteradamente responsabilizaram os colonizadores pelo “atraso do país” no passado e no presente. Também acusaram a dinastia dos Bragança, ainda reinante em Portugal, pela preservação da monarquia em 1822, momento da independência política, e pelas dificuldades do reconhecimento internacional da jovem República, uma vez que o governo monárquico daquele país parecia proteger os defensores da restauração do antigo regime no Brasil.

Em contraponto, os monarquistas –representados nesse artigo pela argumentação e posicionamentos do jornalista e escritor Joaquim Nabuco - divulgaram imagens positivas dos vínculos afetivos e históricos entre a nação e sua “pátria-mãe”, emblemático lugar de origem e vínculo imprescindível do país com a Europa e com sua cultura. Nesse sentido, dentre outras aproximações, reconheceram afinidades históricas e genéticas entre seus povos e a grandiosidade da obra colonizadora realizada pelos portugueses em geral e pela dinastia de Bragança em particular, da qual o Brasil era o grande exemplo.

A “Questão Portuguesa”

O rompimento das relações diplomáticas entre a república brasileira e o reino português foi uma das decorrências da intervenção da esquadra estrangeira fundeada no porto do Rio de Janeiro (composta por embarcações portuguesas, francesas, inglesas, italianas e americanas), visando impedir o bombardeio da cidade sitiada pelos navios rebelados. A Revolta da Armada brasileira, tema denso sobre o qual muito se escreveu no momento de sua ocorrência e mesmo posteriormente, iniciou-se por um movimento de resistência de chefias da marinha republicana às medidas de exceção decretadas por Floriano em 1892 quando, como vice-presidente, assumiu e se manteve irregularmente na presidência após a renúncia do primeiro presidente eleito do país, o Marechal Deodoro da Fonseca. (FREIRE:1894; VILALBA:1894; GUANABARA:1894; NABUCO:1896; ABRANCHES:1914; COSTA: 1945; GOYCOECHEA:1949; ARIAS NETO:2000; HEINSFELD : 2007).

O rompimento com Portugal se justificou porque, em março de 1894, quando a resistência da esquadra rebelde se esgotara pelas tentativas inócuas de ocupação de território na baía de Guanabara - as corvetas portuguesas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* deram asilo político aos oficiais derrotados, iniciativa que, segundo vários intérpretes, não teve respaldo das embarcações de vários outros países cujos comandantes não se dispuseram a desautorizar a determinação do governo de aprisionar e punir os vencidos.

Parecendo desafiar as expectativas de Floriano, em 13 de março o comandante Augusto de Castilho acolheu e conduziu ao Prata mais de 500 rebeldes. Ali chegando, possivelmente por orientação superior, permaneceu nas proximidades de Montevideu e de Buenos Aires por quase 2 meses, tanto para socorro dos doentes e higienização dos barcos, quanto à espera de transporte mais seguro dos agora considerados “prisioneiros” do governo português que deveriam ser levados para praças militares na África ou em Portugal. Contudo, quer pela demora na chegada da embarcação para o traslado, quer pelo apoio de argentinos e uruguaios à revolta brasileira ou, ainda, à própria convivência do comandante português, mais da metade dos embarcados se evadiu e se engajou na guerra civil em curso no Rio Grande do Sul, resultado muito problemático para Floriano e que o irritou profundamente levando-o à retaliação diplomática contra Portugal. (CASTILHO:1894; SÁ:1894; PARATY:1895; FORJAZ:1894; PAÇO D’ARCOS:1895; MARTINEZ:1986; CERVO&BUENO:1992.)

Manifestações “jacobinas” delusofobia

Todos esses eventos estimularam a mobilização dos grupos republicanos brasileiros de diferentes tendências em apoio a Floriano, destacando-se os “jacobinos”, assim batizados pelos monarquistas em alusão pejorativa aos revolucionários radicalmente nacionalistas e adeptos de soluções extremas atuantes na revolução francesa, apelido que os adversários incorporaram plenamente. Organizados em Clubes políticos na capital e em muitas cidades desde antes da proclamação da República, neste momento, os jacobinos também criaram milícias integradas por brasileiros natos – os Batalhões Patrióticos – visando “defender a nação republicana” dos que consideravam

serem seus piores inimigos: os restauradores, os adesistas e os estrangeiros, em especial os portugueses. Durante a Revolta, as milícias tornar-se-iam uma força militar paralela equiparada ao Exército, à qual foi atribuída a missão de auxiliar na defesa da cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, em alguns casos, na guerra em curso no sul. Conforme bem considerou Suely Queiroz, “nem todo admirador de Floriano era jacobino mas, todo jacobino era florianista”. Nesse sentido, eles se identificaram plenamente com uma determinada imagem pública do presidente, a do “soldado-cidadão” nacionalista extremado e americanista, provindo das camadas populares, sensível e atento às suas dificuldades, dotado de capacidade de trabalho invejável, simplicidade, disciplina, firmeza, coragem, honestidade, altivez frente as elites e os estrangeiros.(QUEIROZ:1986:128-142).

Nesta missão em prol da pessoa e das metas de Floriano, além da participação direta nos combates durante a Revolta, os jacobinos incentivaram manifestações contra portugueses e monarquistas. Seus periódicos mais importantes fundados em setembro de 1894 - *A Bomba* (de Aníbal Mascarenhas, meses depois rebatizado como *O Nacional*) e *O Jacobino* (de Deocleciano Martyr) – condenaram a intervenção estrangeira como um todo, particularmente as iniciativas de Castilho, do governo português e da colônia lusa do Rio de Janeiro:

Toda sorte de tramoias foi posta em prática [pela colônia portuguesa]; (...)forneceram aos revoltosos todos os meios de resistência no intuito de enfraquecerem o governo legal; e o que é mais triste e degradante ainda, elevaram excessivamente os preços dos gêneros alimentícios e os aluguéis das casas (...)fizeram-se agentes dos revoltosos em terra e no fim, na hora suprema em que eles iam ter a punição de seus crimes, subtraíram-nos asilando-os a bordo de seus vasos de guerra.(A Bomba,16.10.1894, apud QUEIROZ:1986: 24).

Dessa forma, a atuação daquele comandante redundou em vigorosa reação nacionalista e anti-monárquica dos partidários de Floriano, que sempre denunciaram a interferência das nações estrangeiras na vida e no território nacional no passado e no presente¹. Nessa percepção, tanto por corporificarem o vínculo com a ex-metrópole,

¹ Além do episódio Castilho, ocorreram neste período duas ocupações de território brasileiro: a França avançou no Amapá e a Inglaterra ocupou a Ilha de Trindade, questões que se resolveram no governo de

quanto pela destacada presença física e econômica na população do Rio de Janeiro no final do XIX, os portugueses dominaram a argumentação jacobina. Reiterativa de antigas acusações, ela privilegiou aquilo que consideravam motivo das dificuldades dos brasileiros natos, em especial dos assalariados: o monopólio das fortunas no Brasil, a prática de preços exorbitantes no comércio a retalho, sobretudo de comestíveis, e na exploração dos aluguéis das moradias modestas no Rio de Janeiro. (HAHNER:1976; COSTA:1985; QUEIROZ:1986; RIBEIRO:1987, 1989; CARVALHO:1990, SILVA:2001.

Acusavam-nos, também, pelas problemáticas heranças da colonização, sobressaindo-se a escravidão, a monarquia e suas decorrências: a marginalização dos libertos; o bacharelismo, o parlamentarismo, o livre-cambismo, o clericalismo, os privilégios da lavoura de exportação em detrimento da indústria nacional; a dependência econômica da Europa. Todas essas condenações, acrescidas da convicção de que se tratava de “uma raça inferior, um povo refratário ao progresso, nosso inimigo em todas as épocas, causador de todos os nossos males e do nosso atraso”, fundamentaram as exortações de “Mata Galego” lançadas pelo incondicional adversário dos portugueses, o jornal *O Jacobino*, folha que se destacou frente outras publicações do grupo pela irreverência e agressividade de sua linguagem (QUEIROZ, 1986: 105)

A mesma postura intransigente e restritiva em relação aos estrangeiros, projetando-se a dos colonizadores, aparece de forma mais elaborada na fala de um grupo de intelectuais - Raul Pompéia, Barbosa Lima, Rodrigo Otávio dentre outros - quando reconhecem os sinais da condição colonial brasileira e demonstram as razões da sua continuidade. Segundo Pompéia, em prefácio do livro *Festas Nacionais* (1893), de Rodrigo Otávio, aquela continuidade deveu-se, durante o Império, ao domínio da dinastia dos Bragança e sua proximidade com o “partido da colônia” - representativo dos “Escravocratas” e dos “Portugueses”. Pela força, eles haviam subjugado o “partido emancipador” (de José Bonifácio e dos liberais) e promovido uma política de empréstimos externos (“o regime de déficits financeiros”) beneficiadora dos

Prudente de Moraes com a participação de Portugal (no caso inglês) e da Grã-Bretanha, no caso francês.(QUEIROZ:1986:149-150).

colonizadores e de seus herdeiros. Apesar da queda da monarquia e da atuação diligente do “novo partido da emancipação” no presente (no qual se incluíam os florianistas) tal domínio ainda subsistia pela permanência da orientação econômica imposta pelos “recolonizadores” - ou seja, os comerciantes lusos, os investidores estrangeiros e seus aliados, os restauradores, agentes da “desordem” política e social que então ameaçava a República. Para Pompéia, a emancipação nacional pressupunha, portanto, completar a revolução da “dignidade econômica” do país(POMPÉIA:1893:14-25¹)

O empenho jacobino em construir “uma sociedade laica, anticlerical, sem o bacharelismo pedante (...) onde os grupos urbanos tivessem maiores oportunidades” e “um Estado republicano nacionalista voltado para as próprias fronteiras e conduzido por um governo forte“, pressupunha superar completamente o passado, inclusive pelo apagamento dos seus vestígios. Com esse objetivo propuseram a revisão das datas comemorativas (intuito de Rodrigo Otávio) e a substituição de monumentos históricos, a exemplo da troca da estátua de Pedro I (colocada na praça Tiradentes, no Rio de Janeiro) pela do mártir da Inconfidência (QUEIROZ:1986: 104;128.) Vejamos como os monarquistas responderam às provocações dos jacobinos.

A “lusofilia” monarquista na argumentação de Joaquim Nabuco.

Conforme observa Maria de Lourdes Janotti, passado o impacto da queda da monarquia, lideranças monarquistas passaram a investir na guerra contra a “ditadura” florianista engajando-se, desde o início de 1892, na rebelião federalista e, depois, na Revolta da Armada. (JANOTTI:1986:42-47; NABUCO:1949:199;2005) Embora sempre reticente em relação às intervenções “revolucionárias” (MARSON:2011:45-72), no início da gestão Prudente de Moraes o jornalista e escritor Joaquim Nabuco manifestou-se historiando e avaliando positivamente aquelas revoltas em artigos publicados no *Jornal do Brasil* e no *Jornal do Comércio*, posteriormente reunidos nos livros *Balmaceda* e *A intervenção estrangeira durante a Revolta*(NABUCO: 1895, 1896.)

Verdadeiro manifesto em favor de Saldanha da Gama e Augusto de Castilho, a quem o texto foi dedicado, *A Intervenção* respondeu detalhadamente as acusações dos florianistas e projetou uma imagem muito negativa do “ditador” e de seus seguidores. Nesse sentido, é possível perceber que os artigos, e também o livro, participaram do embate público que acompanhou a anulação das decisões punitivas de Floriano aos rebelados e seus aliados determinada pelo governo Prudente de Moraes, em destaque, a negociação do reatamento das relações diplomáticas com Portugal; o encaminhamento de um acordo de paz no sul e a anistia para todos envolvidos. Ou seja, finda a “ditadura florianista”, a intervenção estrangeira e suas decorrências retornaram revigoradas pela presença dos monarquistas na cena política e pela reativação do confronto com os florianistas - os jacobinos em particular – que perdiam cargos na administração pública, inclusive pela extinção dos Batalhões Patrióticos (QUEIROZ :1986: 31-41)

Na apresentação dos acontecimentos, Nabuco abordou muitas questões relacionadas ao desempenho das potências estrangeiras, dentre elas a avaliação de quem teria sido o maior beneficiado pela manobra e de como deveria ser interpretada a decisão de Castilho - se ação humanitária ou desrespeito às normas diplomáticas internacionais. Nesse intuito, fez um histórico da intervenção, lida como “um golpe” que “paralisou” a Armada mediante um “acordo ilusório” realizado em 5 de outubro, decisivo para a recuperação e permanência do governo e desleal para com os comandantes rebeldes (NABUCO:1990:108)

A nota dissonante no acontecimento teria sido justamente a atuação “corajosa e leal” de Augusto de Castilho, o único dos comandantes estrangeiros que efetivamente considerou aquele acordo um expediente para se preservar a cidade. Foi justamente esta compreensão que o levou a desafiar as ordens de Floriano e chefias das embarcações das grandes potências, e garantir o direito de asilo aos brasileiros com os quais a nação portuguesa, além desse compromisso, resguardava muitas “obrigações” a exemplada “hospitalidade que reparte o que têm, e não se envergonha do pouco”.(NABUCO:1990:114-119)

Além disso, havia as afinidades de origem, na verdade um parentesco, pois se tratava “de um povo amigo, irmão, não inteiramente estrangeiro”. Por essas razões,

entre a eventual possibilidade de escolher o lugar de refúgio - se nos barcos da Inglaterra ou de Portugal - o escritor considera que a oferta de Castilho era para Saldanha da Gama a alternativa mais “natural” – na verdade a mais segura - e moralmente a mais aceitável considerando-se os preceitos do “ pudor”, “do amor próprio” e do “orgulho” nacional. (NABUCO:1990: 110-111)

A partir desse acontecimento o jornalista e ex-deputado abolicionista valorizaria plenamente as contribuições dos portugueses para o Brasil no passado e no presente, opinião estimulada pela contingência de fazer um contraponto às interpretações dos florianistas sobre o tema. Embora continuasse a mencionar a herança nefasta do cativo africano para a sociedade brasileira, desde então, as imagens da colonização portuguesa e da dinastia que legou ao Brasil assumiram tons cada vez mais positivos nos trabalhos do escritor, conforme se pode perceber no opúsculo *O dever dos monarquistas* (NABUCO:1895a); no livro autobiográfico *Minha Formação* (NABUCO:1900) e em *Um Estadista do Império* (NABUCO:1897-1899) – sua obra mais importante.

O vigoroso embate físico, verbal e textual entre militantes jacobinos e monarquistas dominou toda a década de 1890. Embora mais confortável do que no período florianista, a situação dos adeptos do antigo regime ainda era muito delicada durante a gestão de Prudente de Moraes pois, apesar de encoberto, o “terror jacobino” continuava atuante e ameaçador tanto para os restauradores quanto para o presidente, conforme demonstra a ousada tentativa de assassinato ocorrida em novembro de 1897 que vitimou o ministro da guerra Marechal Machado Bittencourt. (QUEIROZ: 1986:63-79)

Mas, a partir do início do século XX, jacobinos e monarquistas estabeleceram uma convivência mais controlada em muitos partidários da monarquia, a exemplo de Nabuco, foram acolhidos pelas administrações republicanas aristocráticas dos

presidentes que se seguiram: Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Contudo, apesar de superado aquele contexto particularmente explosivo, as conflitantes imagens de Portugal aqui abordadas sobreviveriam e, reeditadas por novos intérpretes estimulariam, nas décadas seguintes, outras contendas políticas e historiográficas entre adeptos da lusofobia ou da lusofilia, ou seja, entre partidários incondicionais da República nacionalista e nostálgicos da monarquia.

Bibliografia Citada

- ABRANCHES, Dunshee. 1914. “A revolta da armada e a revolução rio-grandense”. In: *Correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins*. Rio:M. Abranches Editor.
- ALVES, Francisco das Neves. 2005. *A ruptura diplomática Brasil-Portugal ao final do século XIX na visão da imprensa governista rio-grandense-do-sul*. Rio Grande:Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
- ARIAS NETO, José Miguel. 2000. Intervenção estrangeira na Revolta da Armada. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora:Clio Edições Eletrônicas, v. 4, 1:4-13 jan/jun. www.clionet.ufjf.br/rehb .(consulta em 29/07/2011).
- CARVALHO, José Murilo.1987.*Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. S. Paulo:Cia das Letras.
- 1990.*A formação das almas*. O imaginário da república no Brasil. S. Paulo: Cia das Letras.
- CASTILHO, Augusto.1894.*Portugal e Brasil. Conflito Diplomático*.Lisboa:M. Gomes,3 v.
- CATROGA, Fernando. 2010 [1991] *O Republicanismo em Portugal*. Da formação ao 5 de outubro de 1910.3ª. ed.Lisboa:Casa das Letras.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo.1992.*História da política exterior do Brasil*. S. Paulo:Ática.
- COSTA, Sérgio Correa da.1945. *A diplomacia do marechal. Intervenção estrangeira na revolta da Armada*. Rio de Janeiro:Livaria e Editora Zélio Valverde.
- COSTA, Wilma Peres. 1985. Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro. *Cadernos IFCH*. Campinas.
- FORJAZ, Augusto.1894.*Portugal e Brasil: apontamentos para a história no nosso conflito com a república dos Estados Unidos do Brasil*. Lisboa:Typographia Castro Irmão.
- FREIRE, Felisberto. 1894. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*.Porto:Ernesto Chardron.
- GONÇALVES, Eduardo. Cordeiro.2007. Ressonâncias em Portugal da implementação da República no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho. ISAIA, Arthur. SILVA, Armando. (org.).*Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal*

(1889-1910). Coimbra:Imprensa da Universidade de Coimbra; Uberlândia:EDUFU, p. 109-129.

GOYCOCHEA, Castilhos. 1949. *Dois ensaios: as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro:Departamento da Imprensa Nacional.

GUANABARA, Alcindo. 1894. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro:Mont'Alverne.

HAHNER, June. 1976. "Jacobinos versus galegos. Urbanradicals versus portugueseimmigrants in Rio de Janeiro in the 1890". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 18 (2):125-153, maio.

HEINSFELD, Adelar.2007. *A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da república brasileira*. XXIV Simpósio Nacional de História – 2007. Associação Nacional de História – ANPUH.

HOMEM, Amadeu Carvalho. 2001. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo". In: TENGARRINHA, José. (org.) *História de Portugal*. 2ª ed. revista e ampliada. Bauru: EDUSC; S. Paulo: Ed.Unesp; Portugal: Instituto Camões, p.346-356.

JANOTTI, Maria de Lourdes. 1986. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense.

MARSON, Izabel A. 2011. Política e história: figurações da escravidão e da revolução nas obras de Joaquim Nabuco. *Revista do IHGB*.maio-junho.v. 451:45-72.

MELO, Custódio José de. 1895. *Apontamentos para a História da revolução de 23 de setembro de 1891*. Rio de Janeiro:Cunha& irmão editores.

MUZZI, Amanda. 2006. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil*. (1893-1897) Dissertação de Mestrado. PUC-Rio.

NABUCO, Joaquim. 1895. *Balmaceda*..Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger.

----- 1895a *.O Dever dos Monarquistas. Carta ao almirante Jaceguay*. Rio de Janeiro:Typ. Leuzinger.

-----1896.*A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger,

-----1897-1899.*Um Estadista do Império*. Nabuco de Araujo, sua vida suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro./Paris: H. Garnier livreiro e editor,3 v.

----- 1900.*Minha Formação*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier.

-----1949. *Cartas a Amigos*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. S. Paulo: IPÊ. v. 1-2.

----- 1963.[1900]*Minha Formação*. Introdução de Gilberto Freyre. 5ª ed. Brasília, Ed.UnB.

----- 1990.[1896]A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893". In: SILVA, Leonardo Dantas da (org.)*Nabuco e a República*. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana.

NABUCO, Joaquim. 2005. *Diários*. Prefácio e notas Evaldo Cabral de Melo. Rio de Janeiro:Bem Te Vi Produções Literárias; Recife:Massangana.v. 2, p. 82-93.

OTÁVIO, Rodrigo. 1893. *Festas Nacionaes*.Rio de Janeiro:Leuzinger.

PAÇO D'ARCOS, Joaquim .(ed.) s/d.*Missão Diplomática do conde de Paço d'Arcos no*

Brasil (1891-1893). Lisboa

PARATY, Conde de. 1895. *Portugal e Brasil. Conflito Diplomático. Breves explicações*. Lisboa: M. Gomes editor.

PENNA, Lincoln de Abreu. 1987. *O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sete Letras.

POMPÉIA, Raul. 1893. *Carta ao Autor das Festas Nacionais*. Rio de Janeiro: Leuzinger.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. 1986. *Os radicais da República*. S. P. Brasiliense.

RIBEIRO, Gladys Sabina. 1987. "Cabras e pés-de chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro – 1890-1900. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF.

----- 1989. O jacobinismo nos primeiros anos da República. *História: Questões & debates*. Curitiba. v. 10, n. 18-19; p. 261-282- jun. ag.

SÁ, Eduardo Alves de. 1894. *Portugal e Brasil – Conflito diplomático*. O processo no Conselho de Guerra da Marinha do Cap. de fragata Augusto de Castilho. Biblioteca da Revista Portuguesa de Direito. Lisboa: M. Gomes Editor. v. I.

SILVA, Ana Carolina Feracinda. 2001. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP.

VILLALBA, Epaminondas. 1894. *A revolta da armada*. Rio de Janeiro: Laemmert & C.